



Evangélicos e política no Brasil: o avanço dos fundamentalismos e a aliança com o bolsonarismo

Evangelicals and politics in Brazil: the advance of fundamentalism and the alliance with Bolsonaroism

Magali do Nascimento Cunha¹⁴⁰
Universidade Metodista de São Paulo

Resumo: O texto analisa a presença e influência dos evangélicos no cenário político brasileiro, com ênfase nos fundamentalismos e na aliança com o governo de Jair Bolsonaro. A questão central é a relação entre os evangélicos e a política no Brasil. Os principais temas abordados no texto são: a reconfiguração do lugar dos evangélicos na política brasileira, com a emergência de novas expressões de fundamentalismos no Brasil contemporâneo; a transformação na relação mídia-religião, com a intensa ocupação de espaços nas mídias tradicionais por grupos evangélicos; o mercado da religião e o avanço do marketing religioso, que consolida os cristãos como um segmento de mercado; a maior ocupação de espaço pelos evangélicos na política institucional, com a consequente consolidação da bancada evangélica no Congresso Nacional; a emergência de um ativismo político entre evangélicos, para além da política institucional, com discussão e realização de campanhas relacionadas a temas da pauta política; a aliança entre evangélicos e o governo de Jair Bolsonaro, que é analisada como um apoio e uma estratégia política.

Palavras-chave: Religião e Política. Evangélicos. Bolsonarismo. Fundamentalismo.

Abstract: The text analyzes the presence and influence of evangelicals in the Brazilian political scene, with an emphasis on fundamentalism and the alliance with the government of Jair Bolsonaro. The central issue is the relationship between evangelicals and politics in Brazil. The main themes covered in the text are: the reconfiguration of the place of evangelicals in Brazilian politics, with the emergence of new expressions of fundamentalism in contemporary Brazil; the transformation in the media-religion relationship, with the intense occupation of spaces in traditional media by evangelical groups; the religion market and the advancement of religious marketing, which consolidates Christians as a market segment; the greater occupation of space by evangelicals in institutional politics, with the consequent

¹⁴⁰ Doutora em Ciências da Comunicação com estágio Pós-Doutoral em Comunicação e Política. Pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (ISER), coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Religião da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). magali.ncunha@gmail.com

consolidation of the evangelical bench in the National Congress; the emergence of political activism among evangelicals, beyond institutional politics, with discussion and campaigns related to political topics; the alliance between evangelicals and the government of Jair Bolsonaro, which is analyzed as support and a political strategy.

Keywords: Religion and Politics. Evangelicals. Bolsonarism. Fundamentalism.

Introdução

Os quadros sociocultural e político brasileiros relacionados a fenômenos interligados entre si ocorridos nas primeiras duas décadas dos anos 2000, colocaram o segmento cristão evangélico em evidência no cenário nacional:

(1) o fortalecimento do segmento Pentecostal, com seu extenso número de igrejas autônomas, autóctones, que deu novos contornos ao cenário do Cristianismo, e provocou um crescimento significativo da população evangélica no País, em termos numéricos e geográficos, ressaltando a forte queda do número de católicos;

(2) a intensa ocupação de espaços nas mídias tradicionais (rádio e TV) por grupos evangélicos, majoritariamente os pentecostais, ampliada pela extensa participação das várias denominações e sua liderança nas mídias digitais;

(3) o crescimento do mercado da religião e o avanço do marketing religioso, que consolida os cristãos como um segmento de mercado, por meio da oferta de produtos e serviços especialmente concebidos para atender às suas necessidades religiosas, sejam de consumo de bens ou de lazer e entretenimento;

(4) maior ocupação de espaço pelos evangélicos na política institucional, com a consequente consolidação da bancada evangélica no Congresso Nacional, articulada como Frente Parlamentar Evangélica (FPE), e a ampliação dos esforços, da parte de algumas igrejas e de suas lideranças, por mais presença e participação nos poderes executivo, legislativo e judiciário;

(5) emergência de um ativismo político entre evangélicos, para além da política institucional, com discussão e realização de campanhas relacionadas a temas da pauta política, convocação para ações públicas e intensa atividade nas mídias digitais.

Chama a atenção o alcance de uma visibilidade mais intensa de lideranças defensoras de ideias e posturas de cunho conservador e que se apresentam como modernas, pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias. Podemos identificar neste contexto uma nova face do conservadorismo religioso, um ultraconservadorismo com traços fundamentalistas.

O termo conservadorismo aqui é o referido na ciência política, no que concerne a posições que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998). Houve transformações nestas bases ao longo do século XX no Brasil no que se refere aos evangélicos: emergiram grupos abertos à atuação social e ao ecumenismo que tiveram presença importante na vida pública do país (TRABUCO 2016). No entanto, o conservadorismo tem sido predominante entre os evangélicos, característica que se verifica historicamente na omissão das igrejas frente à implantação da ditadura militar no Brasil (1964-1985), postura associada ao isolamento de demandas sociais e de participação política, e também tornou possível

o alinhamento de parte das lideranças evangélicas com o governo de exceção (CNV, 2014).

A referência aos fundamentalismos corresponde, no Brasil, às reações a transformações socioculturais que o país experimentou, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas voltadas para direitos humanos e gênero. Isto se deve à forma como as lideranças evangélicas se apresentam: pertencentes aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado, as mídias e as tecnologias, mas defensoras de um ultraconservadorismo explícito, de caráter reacionário, e discursos de rigidez moral, visando a conquista de poder na esfera pública (CUNHA, 2020).

Três elementos emergem da observação destes fenômenos: a reconfiguração do lugar dos evangélicos na política; a emergência de novas expressões de fundamentalismos no Brasil contemporâneo; as transformações na relação mídia-religião. A proposta deste capítulo é refletir sobre estes três temas referenciando-os nos aportes teóricos das ciências da religião e na interface comunicação e política.

1 A reconfiguração do lugar dos evangélicos na política

Este estudo refere-se a “evangélicos” como os cristãos não-católicos e não-ortodoxos identificados na população brasileira. De acordo com o Censo do Brasil 2010, os cristãos representam 86.8% da população - quase nove em cada 10 brasileiros. Neste agrupamento religioso encontram-se fundamentalmente dois segmentos: os católico-romanos, 64,6% (queda de 9,27 em relação ao Censo de 2000), e os evangélicos, 22,2% (crescimento de 6,4 em relação ao censo anterior). As estimativas para o Censo 2020, não realizado, com base em pesquisas como a do Instituto Datafolha¹⁴¹, é que os evangélicos ultrapassarão os 30% da população.

Independente das peculiaridades dos distintos grupos que formam o segmento marcado pela pluralidade, os evangélicos brasileiros são historicamente identificados nos estudos de religião, por (de acordo com CUNHA, 2007):

(1) uma predominante leitura fundamentalista (descontextualizada) do texto sagrado cristão, a Bíblia¹⁴²;

(2) ênfase na piedade pessoal, na busca da salvação da alma (influência do puritanismo e do pietismo dos pioneiros missionários que vieram do sul dos EUA no século XIX ao Brasil);

(3) frequentes posturas de rejeição das manifestações culturais não cristãs do país (fruto da mesma ação de missionários);

¹⁴¹ Ver BALLOUSSIER, Anna Virgínia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. Folha de S. Paulo, 13 jan 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>

¹⁴² O fundamentalismo, como trataremos adiante, é um movimento religioso conservador, nascido entre os protestantes dos EUA no início do século XX, que tem como princípio os “Fundamentals” – elementos elencados como fundamentos da fé e da doutrina cristãs, baseados na interpretação literal de narrativas e ensinamentos da Bíblia. Sobre o Fundamentalismo, suas origens e ênfases, ver DREHER, Martin N. Para entender o fundamentalismo. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002. Sobre a identidade evangélica no Brasil e o fundamentalismo, ver MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2002.

(4) um isolamento das demandas sociais (resultante da espiritualização das questões da existência individual e social), entre elas a participação política.

Esta configuração identitária, conservadora, deixou suas marcas na dinâmica que dá forma a esse segmento religioso tão diverso, no entanto, como mencionado na introdução deste estudo, transformações no modo de ser evangélico, na passagem do século XX para o XXI, provocaram alterações deste quadro.

Uma dessas transformações contemporâneas é identificada no apagamento da máxima "crente não é deste mundo, por isso não se mete em política". Participação política até então era interpretada como algo "do mundo", identificado a paixões terrenas. Esta mudança ocorreu especialmente a partir das eleições para o Congresso Constituinte de 1986, quando foi formada a primeira bancada evangélica. A partir dali, pode-se dizer que a postura de isolamento deste segmento com relação à participação política – até então interpretada como algo "do mundo", identificado a paixões terrenas – passou a conviver com outros ideais, que podem ser resumidos na formulação "irmão vota em irmão" (FRESTON, 2006). Depois de altos e baixos numéricos, decorrentes de casos de corrupção e fisiologismo, a bancada evangélica se consolidou como força, o que resultou na criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003.

Até 2010, esses parlamentares não eram identificados como conservadores do ponto de vista sociopolítico e econômico. Suas vitórias consistiam em barrar o avanço de projetos considerados ofensivos à moralidade sexual religiosa: descriminalização do aborto e casamento gay, especialmente. Seus projetos raramente interferiam na ordem social: se revertiam em "praças da Bíblia", criação de feriados para concorrer com os católicos, benefícios para templos. O perfil dos partidos aos quais a maioria desses políticos estava afiliada refletia isto, bem como recorrentes casos de fisiologismo.

A partir de 2010, com as eleições presidenciais e do novo Congresso, podemos identificar uma potencialização da força dos evangélicos na arena política brasileira. É possível listar alguns fatores que contribuíram para esta mudança (CUNHA, 2019):

(1) uma nova aproximação dos políticos evangélicos com o governo federal. Ela já havido sido forte durante o Congresso Constituinte, foi enfraquecida nos anos 1990, apesar de todo o apoio eleitoral dado por lideranças das diferentes igrejas às candidaturas de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, mas se renovou com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência, em 2002. Esta situação foi facilitada pelas alianças feitas pelo PT com diversos partidos, nos quais deputados evangélicos estavam alocados, e à estratégia de campanha de aproximação com lideranças evangélicas das igrejas e da política partidária a fim de se superar a demonização da figura de Lula como comunista, opositor das igrejas, com a abertura do governo a várias iniciativas e a diversas lideranças evangélicas.

(2) Duas igrejas evangélicas tornam visíveis seus projetos de ocupação da política institucional do país: as Assembleias de Deus (AD) e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Ambas passaram a ocupar, depois de 2003, espaços plenos de poder em partidos (respectivamente o Partido Social Cristão/PSC e o Partido Republicano Brasileiro/PRB que, em 2019, teve o nome alterado para Republicanos) e em cargos públicos, como as inéditas nomeações de Ministros de Estado de Dilma Rousseff (2011-2016): Marcelo Crivella (PRB, Pesca, IURD), George Hilton (PRB, Esportes, IURD), e de Michel Temer: Marcos Pereira (PRB, Indústria, Comércio

Exterior e Serviços, IURD), Ronaldo Nogueira (PTB, Trabalho, AD). A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil tem trabalhado para o registro do seu próprio partido, o Partido Republicano Cristão (PRC). Nos últimos pleitos eleitorais, as ADs foram capazes de lançar dois candidatos à Presidência da República, Marina Silva (2010 e 2014) e o Pastor Everaldo (2014), e a IURD conseguiu eleger o bispo e senador Marcelo Crivella como Prefeito do Rio de Janeiro (em 2016), o que dá o tom da força política alcançada por estas duas denominações evangélicas.

(3) A partir de 2010 as grandes mídias passaram a enfatizar o tema dos direitos LGBTI+ na campanha eleitoral e nos projetos debatidos no Congresso Nacional (Plano Nacional de Direitos Humanos-3). Junto com este tema, veio também a pauta legalização do aborto, com pressão sobre a então candidata à Presidência da República pelo PT Dilma Rousseff. Houve muita mobilização de grupos evangélicos contra Dilma Rousseff, cuja campanha era defensora destes temas. Em 2013, o Caso Deputado Marco Feliciano (à época PSC/SP) retomou com força estas temáticas, com amplo espaço nas mídias. Foi a inusitada nomeação do deputado como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sob escândalos que estiveram a ele relacionados referentes a declarações racistas e homofóbicas. Este processo culminou no revigoramento das bandeiras políticas conservadoras da Bancada Evangélica e de lideranças evangélicas, com projetos de visibilidade pública em torno da garantia da moralidade sexual no plano da legislação, sob o rótulo “Defesa da Família Tradicional” contra movimentos feministas e LGBTI+. Na esteira desta tendência, houve o fortalecimento do Partido Social Cristão (PSC) nas eleições de 2014, favorecendo o lançamento de candidato próprio à Presidência da República, o Pastor Everaldo, e projetando a candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro (ex-PSC, depois PSL) à Presidência da República em 2018;

(4) A eleição do deputado federal evangélico Eduardo Cunha (PMDB/RJ) como presidente da Câmara dos Deputados, em 2015, ano de sua transferência da Igreja Sara a Nossa Terra para a Assembleia de Deus, contribuiu para uma reconfiguração da presença dos evangélicos na política nacional e para o fortalecimento de pautas conservadoras no congresso. Eduardo Cunha foi líder do antigo partido PMDB e atuou intensamente na articulação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2015 e 2016. Sua queda foi postergada, pelo papel que exerceu no processo de impeachment, mas não foi evitada: Eduardo Cunha foi preso, em 2016, com acusações de corrupção, pela Operação Lava Jato da Polícia Federal (PF). Da prisão continuou a exercer influência sobre deputados que lhe devem lealdade;

(5) Uma série de pautas garantidoras da moralidade religiosa puritana, sob o rótulo de “defesa da família”, ganhou espaço na Câmara dos Deputados a partir de 2015, em especial sob a liderança de Eduardo Cunha, na forma de projetos de lei e projetos de emendas constitucionais e mais espaço foi dado para pautas relativas a privilégios à atuação pública das igrejas;

(6) Posicionamentos de políticos evangélicos ganham espaço para além das pautas religiosas, por meio de alianças com parlamentares e frentes conservadoras, para a revisão de temas sociais como a redução da maioria penal e fim do Estatuto do Desarmamento. A articulação da bancada ironicamente denominada BBB (Bala/Segurança, Boi/Ruralista e Bíblia/Evangélica) torna este processo visível assim

como se deu o apoio de evangélicos à candidatura do deputado Jair Bolsonaro, à Presidência da República em 2018;

(7) A Operação Lava Jato, da Polícia Federal com a Força Tarefa do Ministério Público Federal (MPF), que investiga crimes de corrupção na Petrobrás, ganha caráter messiânico com a liderança do procurador evangélico Deltan Dallagnol;

(8) As mídias noticiosas consolidam a figura do pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo Silas Malafaia como porta-voz dos evangélicos. Ele foi credenciado nos espaços midiáticos como “a” voz apta a emitir opiniões e avaliações sobre relação evangélicos-política. Ele tornou-se porta-voz do discurso conservador de defesa da “família tradicional”, de reação contrária a avanços sociais, em especial no tocante aos direitos das mulheres e aos direitos sexuais. É possível afirmar que o discurso conservador de Malafaia alcança amplo espaço nas grandes mídias, pois responde a expectativas com a religião (imaginário e ideologia) da parte dos produtores do noticiário. A acreditação de Silas Malafaia como grande líder evangélico, atuando como porta-voz do grupo, foi também consolidada em mídias religiosas de grande alcance;

(9) As mídias religiosas passam a dar visibilidade e a alimentar as ênfases temáticas e as dinâmicas em torno de pautas da moralidade sexual, veiculadas nas grandes mídias, em especial em torno da “guerra” entre políticos evangélicos e militantes de movimentos feministas e LGBTI+. Com isso, essas mídias proporcionaram a recriação do “imaginário do inimigo” entre os evangélicos com abordagens como “salvar a família” dos militantes LGBTI+, das feministas e da esquerda, cujo projeto maior seria o de implantar o comunismo no país. Estes temas passaram a aparecer em conteúdo de campanha de candidatos a cargos públicos e estão presentes em discursos de lideranças das igrejas. Neste contexto, as mídias religiosas contribuíram na recriação do imaginário da perseguição dos evangélicos em terras brasileiras, presente desde a implantação do protestantismo no século XIX, e do estímulo a uma “guerra espiritual” como resposta;

(10) A eleição do capitão reformado do Exército Jair Bolsonaro à Presidência da República do Brasil em 2018 potencializou o protagonismo dos evangélicos na arena política. O apoio religioso ao presidente eleito, especialmente cristão (de católicos e evangélicos), se destaca neste quadro, e chama a atenção que Bolsonaro tenha sido o primeiro presidente a enfatizar em campanha e depois da vitória um discurso explicitamente cristão, conservador, de tendência evangélica. Jair Bolsonaro declara-se católico¹⁴³, mas tem alianças muito estreitas com políticos evangélicos e lideranças políticas deste segmento. Isto passou a ser evidenciado nas eleições de 2010, quando houve intensa oposição de líderes evangélicos contra a candidatura de Dilma Rousseff, muito por conta das pautas progressistas que ela defendia, relacionadas às causas feministas e LGBTI+.

Em 2016, com a oposição a Dilma Rousseff potencializada e o processo de impeachment instaurado, Jair Bolsonaro deixa o Partido Progressista (PP), onde havia atuado por sete anos, e se filia ao Partido Social Cristão (PSC). A transferência foi

¹⁴³ Jair Bolsonaro, presidente de Brasil: “No quiero que Argentina siga la línea de Venezuela, por eso apoyo la reelección de Macri”. Entrevista Exclusiva a Guido Nejamkis. **Clarín**, 14 jul 2019. Disponível em https://www.clarin.com/mundo/jair-bolsonaro-presidente-brasil-quiero-argentina-siga-linea-venezuela-apoyo-reeleccion-macri_o_roJjNpoAE.html. Acesso em 1 out 2019

simbolizada com um ritual religioso: o capitão reformado foi batizado em Israel, nas águas do rio Jordão, em cerimônia realizada pelo Pastor Everaldo, presidente do partido. O episódio fez com que muitos membros de igrejas acreditassem que o então deputado havia se convertido à fé evangélica. A candidatura de Bolsonaro à Presidência encontrou apoio deste grupo religioso e também de católicos identificados com o discurso ultraconservador, de extrema-direita, com propostas imediatistas e vingativas para pôr fim à violência urbana e para salvar a família contra uma suposta ditadura gay e feminista. Este apoio se manteve no primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro como presidente, como será abordado adiante.

Estes elementos compõem o quadro que hoje coloca os evangélicos como grupo religioso protagonista no processo político em curso no Brasil, o que resulta na intensa visibilidade da Bancada Evangélica no Congresso Nacional, e também o surgimento de lideranças religiosas ativistas políticas não institucionais, com forte presença nas redes sociais digitais (CUNHA, 2019).

2 A emergência de novas expressões fundamentalistas entre os evangélicos no Brasil

O termo “fundamentalismo” emerge entre cristãos protestantes nos EUA no início do século 20, mas popularizou-se durante a revolução (islâmica) iraniana no final anos 70. Analistas políticos e a imprensa classificaram os eventos no Irã dos aiatolás como “fundamentalistas”, expressão de uma “religião tradicional militante” (MARSDEN, 1991).

Em 2001, o sentido popularizado é retomado com mais força, quando passou a ser usado intensamente pelas mídias noticiosas, em todo o mundo, após atentados em Nova York (EUA). As ações violentas extremistas assumidas por grupos radicais islâmicos foram amplamente classificadas como “fundamentalistas”. Nesse sentido, construiu-se uma representação negativa do Islamismo que se tornou, pelas mídias, sinônimo de fundamentalismo. Esta popularização do termo, deu a ele o sentido de radicalismo, extremismo (GOMES, 2014).

A ascensão de cristãos conservadores e sua presença na política na América Latina, a partir dos anos 1980, promoveu a retomada do termo “fundamentalismo” por religiosos progressistas, acadêmicos dos estudos da religião, ativistas políticos de esquerda e analistas da imprensa. Passa-se a recorrer ao termo para classificar posturas de autoritarismo, intolerância, intransigência, fanatismo, recusa ao diálogo, negação da pluralidade, reconstrução da ordem moral e idealização do que existiu no passado, expressas por algumas lideranças religiosas, em especial as do segmento pentecostal, no espaço público (CARRANZA, 2009).

Esta popularização da noção terminou por gerar tensão conceitual em torno do “fundamentalismo” (CUNHA, 2020). Em certos círculos acadêmicos, emerge o termo “neofundamentalismo”, com base na compreensão de que os fenômenos contemporâneos estão para além daquilo que alguns pesquisadores denominam “fundamentalismo histórico”.

Outros círculos assumiram um rechaço ao uso do termo, com a noção de que práticas no espaço público como radicalização, intolerância, recusa ao diálogo, reconstrução da ordem moral e idealização do passado, politização do dogmatismo

religioso, extremismo religioso e fanatismo, não devem ser consideradas “fundamentalismo” pois são incompatíveis com o conceito constituído nas origens do século 20. Estes pesquisadores substituem o termo por “conservadorismo político-religioso” e “reacionarismo”.

Neste estudo, busca-se afirmar o conceito sobre outro viés, compreendendo-o como noção que está em contínua reconstrução diante das transformações sócio-históricas (WILLIAMS, 1979).

2.1 As muitas transformações de um conceito

O fundamentalismo surgiu entre teólogos calvinistas conservadores do Seminário Teológico de Princeton no final do século 19 e se espalhou no início do século 20 entre outros grupos protestantes nos EUA. Surgiu do evangelicalismo, fruto dos movimentos de avivamento dos séculos 18 e 19, classificado como o molde das características da religião naquele país (MARSDEN, 1991).

Em uma época de fortes mudanças socioculturais e econômicas, com o avanço da ciência, processos de modernização, urbanização e industrialização, o movimento fundamentalista passa a apresentar o cristianismo evangélico como a verdadeira religião e oferece uma lista de dogmas e doutrinas que apoiam esta afirmação, com a valorização da ciência como meio de validar os fatos históricos da Bíblia (MARSDEN, 1991).

Esses “fundamentos” são, portanto, uma reação contra os valores do iluminismo e da modernidade humanista, o que poria em causa a centralidade do cristianismo na cultura ocidental, provocando o processo de secularização. Tendo como âncora a defesa do mito da civilização cristã ocidental, corporificada na cultura dos dominantes países protestantes, o fundamentalismo nascido entre os evangélicos clama pelo verdadeiro cristianismo, recusando o diálogo ecumênico, que é avaliado como relativização da fé.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, o fundamentalismo ganha um novo significado com a hegemonia de sua face conservadora. Os fundamentalistas se veem como “personagens contraculturais, em uma batalha pela reconquista da América pela família e pelos valores cristãos, supostamente sequestrados pelo humanismo secular, a ameaça comunista, o feminismo e os gays” (Karina Bellotti apud CUNHA, 2020). Durante a década de 1960, “fundamentalistas” significavam “separatistas” (MARSDEN, 1991).

É nos anos 1970 que o termo “fundamentalismo” ganha nova significação. É um tempo de maior ativismo político com aproximação ao Partido Republicano, formação de grupos de pressão, lobbies, articulações como a “Moral Majority” [Maioria Moral], a nova direita cristã, liderada por Jerry Falwell. Nesta etapa, fundamentalistas desprendem-se de uma vez por todas de uma identidade denominacional e unem-se com grupos até então adversários, como pentecostais, judeus, católicos, em torno das pautas pró-vida e pró-família – isto é, contra o aborto (legalizado nos Estados Unidos em 1973), pela regulação das mídias, com indicações classificativas por faixa etária, contra as conquistas dos direitos civis de mulheres e LGBTI+.

O estudioso do fundamentalismo e do evangelicalismo George Marsden (1991) afirma que se os herdeiros do fundamentalismo do século 20 alcançaram algum

trabalho de unidade, ele se deve ao pastor batista Billy Graham. As cruzadas evangelísticas da Aliança Evangélica atuaram na luta contra o comunismo no período da guerra fria. Mais tarde, com os fundamentalistas reformistas, vão consolidar seu poder de alcance.

É do Seminário Teológico de Westminster (Filadélfia), fundado em 1920 pela Igreja Presbiteriana, na gênese do fundamentalismo, para formar teólogos e pastores que resguardassem a igreja do modernismo e da teologia liberal, em lealdade ao calvinismo histórico, que saíram duas grandes lideranças fundamentalistas. Elas adentram no espaço público nos anos 1970, mas com diferentes compreensões sobre a ação cristã: Francis Schaeffer e Gary North, representantes das correntes fundamentalistas reformista e reconstrucionista, respectivamente. (SOUZA, 2017).

A corrente reformista, vê na aliança entre denominações religiosas cristãs, e no reavivamento da fé, a possibilidade de uma ação política de curto prazo para a garantia das agendas morais, com a reforma moral da sociedade e das leis, e com produções no âmbito da cultura (música, entretenimento). A reconstrucionista, mais separatista, que não se considera fundamentalista, se orienta por uma prática que visa a uma “reforma dos indivíduos” a longo prazo, partindo “de baixo”, como, por exemplo, por meio da educação das novas gerações – é a partir desta reforma que se dá a reconstrução da sociedade.

Ambas as correntes tiveram importante papel na Maioria Moral, a Nova Direita Cristã dos Estados Unidos. Entretanto, foi o reconstrucionismo, concebido nos anos 1970, a forma teológica mais influente na política, por meio da Teologia do Domínio, cujas bases são a busca da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea, no cumprimento da predestinação dos cristãos ocuparem postos de comando no mundo (presidências, ministérios, parlamentos, lideranças de estados, províncias, municípios, supremas cortes) – o domínio religioso cristão – para incidirem na vida pública (SANTOS, 2017).

Ambas as correntes tiveram importante papel na formação da Maioria Moral, a Nova Direita Cristã dos Estados Unidos nos anos 1970. Ela se tornou uma grande força política nos EUA e tinha como principais bandeiras: a defesa dos “valores da família” (o que incluía a oposição ao aborto em qualquer caso, o combate à expansão dos direitos dos homossexuais e, também, a restrição à pornografia); a volta da prática das orações e o ensino do criacionismo nas escolas públicas; o combate à disseminação do comunismo juntamente com uma defesa de cunho patriótico ferrenha do capitalismo e do “modo de vida” americano; uma posição extremamente crítica às políticas de bem-estar social; a defesa de uma postura pró-Israel por parte do governo; entre outras (ROCHA, 2020).

Nesse momento, o conceito começa a ser utilizado, também, de forma análoga, a outras religiões como o Judaísmo e o Islamismo. O tratamento ocidental à Revolução Iraniana, com a tomada do poder pelos aiatolás, em 1979, refletiu bem isto. Uma das características comuns desta ampliação da utilização do termo a outras religiões é o antimodernismo, o que se amplia com outras análises para a reação a uma percepção de ameaça ou crise, a dramatização e a mitologização de inimigos da fé, o idealismo religioso, a infalibilidade das escrituras, o extremismo, o proselitismo (AINZ, 2011).

A Maioria Moral entrou fortalecida nos anos 1980, mas foi nos 90 que ganhou mais espaço com a Presidência do Republicano Ronald Reagan. Ele abraçou as bandeiras morais da defesa dos “valores da família” (com oposição ao aborto em qualquer caso, obstáculos aos direitos dos homossexuais); a volta das orações e o ensino do criacionismo nas escolas públicas; o combate ao comunismo e uma defesa patriótica do capitalismo e do “american way of life”, ressignificados no neoliberalismo; relativização das políticas de bem-estar social e defesa de uma postura pró-Israel por parte do governo norte-americano. Lideranças fundamentalistas foram nomeados para cargos importantes no governo Reagan (ROCHA, 2020). Esta ocupação do Partido Republicano permitiu poder a fundamentalistas cada vez que o partido assumia o posto maior do Estado. Esta força política foi retomada nos anos Bush (pai e filho) e potencializada no governo Donald Trump, o que será abordado adiante.

2.2 Um possível conceito

A dimensão política que essas características do fundamentalismo assumem a partir dos anos 1970, para além do religioso, mas mantendo-o em seus alicerces, faz emergir o entendimento de que o fundamentalismo é a busca do estado ético-religioso, com o restabelecimento da lei de Deus.

Neste ponto, é relevante recorrer à socióloga Alexandra Ainz que faz um inventário destas perspectivas e, a partir delas, considera que “o fundamentalismo consiste em formas muito concretas, primeiro em interpretar a realidade [cosmovisão] e depois em agir sobre essa interpretação” (AINZ, 2011, 165, tradução livre). Para a pesquisadora, no fundamentalismo, a interpretação da realidade é feita a partir de uma matriz religiosa, e a ação está ligada à dimensão política, sendo confluente e mutuamente condicionadas.

Portanto, considerando que o termo “fundamentalismo” é um conceito que está em contínua reconstrução diante das transformações sócio-históricas, uma síntese teórica pode definir o termo “fundamentalismo” no plural, para compreender as expressões político-religiosas que se manifestam na direção oposta de processos democráticos e da pauta de direitos humanos na América Latina.

Fundamentalismos (no plural, portanto) são aqui compreendidos como uma visão de mundo, uma interpretação da realidade, com matriz religiosa, combinada com ações políticas decorrentes dela, para o enfraquecimento dos processos democráticos e dos direitos sexuais, reprodutivos e das comunidades tradicionais, políticas de valorização da pluralidade e da diversidade, num condicionamento mútuo. Não são homogêneos, são diversificados, formados por diferentes grupos que têm em comum inimigos a combater com ações distintas no espaço público. Por isso, o caráter basilar dos fundamentalismos é o oposicionismo. (CUNHA, 2020, p. 26)

Em diferentes épocas e lugares, o fundamentalismo ganha novas formas sem deixar de manter estas bases atreladas à sua vocação de reação ao novo e à contextualização. É neste sentido que, de um modo geral, evangélicos

fundamentalistas reagem à modernidade representada nas novas formas de família, à educação sexual e à autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo, principalmente na questão do aborto, que são avaliadas como práticas contrárias aos valores cristãos contidos nas escrituras sagradas. Com isso advogam a defesa da família tradicional, formada por marido, mulher e filhos e a autoridade do homem como chefe desta família (SANTOS, 2014). Alguns grupos defendem ainda o ensino da Bíblia nas escolas, especialmente na oposição à negação das ciências à ação de Deus no mundo (Criacionismo x Evolucionismo, por exemplo).

Os conteúdos fundamentalistas presentes nos discursos e nas práticas de lideranças evangélicas no Brasil, nas igrejas, na política e nas mídias, não apresentam novidade. Além da ênfase no controle dos corpos, o tom dessas abordagens teológicas justifica, por exemplo, posições racistas embasadas na leitura fundamentalista de textos da Bíblia. Também faz parte deste repertório as reflexões teológicas que defendem a existência de um Deus Guerreiro e Belicoso, e incentivem a discriminação a quem lhes faz oposição ou tenha posição diversa, como agentes do diabo¹⁴⁴.

O que é novo em relação aos fundamentalismos evangélicos no Brasil contemporâneo é a visibilidade alcançada por estas lideranças na esfera pública, seja por meio da mídia, ultrapassando as fronteiras evangélicas – como Silas Malafaia, cantores gospel e novas celebridades religiosas que têm se tornado amplamente conhecidas – seja por meio de projetos de articulação e acúmulo de forças no campo político.

Estas novas expressões fundamentalistas emergem como reação às transformações socioculturais que o país tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas voltadas para direitos humanos e gênero (VITAL DA CUNHA, LOPES, LUI, 2017). São novas por conta da forma como as lideranças evangélicas que as defendem se apresentam: como pertencentes aos novos tempos, em que a religião interage o mercado, as mídias e as tecnologias – mas que se revelam defensoras de princípios fundamentalistas, com discursos de rigidez moral, visando à conquista de poder no espaço público (CUNHA, 2014).

Vale destacar que as novas expressões fundamentalistas evangélicas não são um dado isolado, e sim parte de um contexto de fortalecimento de posturas conservadoras na arena pública brasileira em geral.

Pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência, em fevereiro de 2018¹⁴⁵, sobre a opinião da população quanto a temas polêmicos revelou que o grau de

¹⁴⁴ Estas afirmações podem ser encontradas postagens do Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) no Twitter e no Youtube e registradas em matérias noticiosas como: BALZA, Guilherme. Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado. UOL Notícias, 1 mar 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldiçoado.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 5 mai 2018. Em novo vídeo, Marco Feliciano diz que Caetano é 'do diabo. Veja, 10 abr 2013. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/em-mais-um-video-na-internet-marco-feliciano-diz-que-caetano-veloso-e-do-diabo>.

¹⁴⁵ Ibope Inteligência. Pesquisa de Opinião Pública Sobre Favorabilidade a Assuntos Específicos, fevereiro 2018. Disponível em: http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0104_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas.pdf.

conservadorismo entre brasileiros teve aumento. Na classificação de conservadorismo em baixo, médio e alto, a proporção da população com alto grau de conservadorismo cresceu de 49% em 2010 para 54% em 2016 e chegou a 55% em 2018.

Houve um crescimento significativo na opinião em relação a algumas questões, especialmente entre os mais escolarizados, os mais velhos, famílias com renda entre 2 e 5 salários-mínimos, moradores do Norte e Centro-Oeste e os que não são nem católicos e nem evangélicos. A defesa da prisão perpétua para crimes hediondos aumentou de 66% em 2010 para 78% em 2016 e manteve o patamar com 77% em 2018. O apoio à redução da maioria penal – para permitir que adolescentes sejam julgados como adultos – teve 63% em 2010, passou para 78% em 2016 e teve uma pequena queda para 73% em 2018.

A posição de apoio à pena de morte cresceu de 31% na primeira pesquisa para 49% na segunda e chegou a 50% em 2018. Metade dos entrevistados são contra o casamento homoafetivo (um crescimento de 44% em 2016 para 54% em 2018) e 80% são contra a legalização do aborto (78% em 2010 e em 2016 e 80% em 2018).

No perfil “religião” os evangélicos se mantêm como os mais conservadores entre os brasileiros, com um aumento constante do índice entre eles na pesquisa Ibope Inteligência desde 2010. O conservadorismo também cresceu entre os católicos, mas em proporção menor – e desacelerou nos dois últimos anos.

Os resultados da pesquisa do Ibope Inteligência em 2018 indicavam que candidatos de perfil mais conservador teriam mais alcance do que os liberais diante do maior conservadorismo de costumes (contra a legalização do aborto e o casamento de homossexuais) e do punitivismo em alta (apoio à pena de morte, redução da maioria penal e prisão perpétua). A vitória de Jair Bolsonaro confirmou esta indicação.

Foi nesse contexto que o então deputado Jair Bolsonaro (PSL/RJ), em 2013, como suplente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em 2013, afirmou: "Como capitão do Exército, sou um soldado do Feliciano", e acrescentou: “A agenda antes era outra, de uma minoria que não tinha nada a ver. Hoje, representamos as verdadeiras minorias. Acredito no Feliciano, de coração. Até parece que ele é meu irmão de muito tempo. Não sinto mais aquele cheiro esquisito que tinha aqui dentro e aquele peso nas costas” (COSTA, 2013).

Bolsonaro antes da campanha eleitoral 2018 tinha um histórico de posicionamentos racistas e de conflito com ativistas sociais e militantes de movimentos LGBTI+. Na mesma linha, o mencionado pastor Silas Malafaia tornou-se amplamente conhecido por polêmicas midiáticas contra os direitos LGBTI+ e o aborto, desde a campanha presidencial de 2010¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Em novembro de 2011, chegou a pedir à presidente Dilma Rousseff, da tribuna da Câmara, para que ela assumisse se gostava de homossexuais. Em março do mesmo ano, respondeu que "não discutiria promiscuidade" ao ser questionado em um programa de TV pela cantora Preta Gil sobre como reagiria caso o filho namorasse uma mulher negra. Sobre o caso ver a matéria CASTRO, Juliana. Preta Gil vai processar Jair Bolsonaro por declarações em programa de TV. *O Globo*, 29 mar 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/politica/preta-gil-vai-processar-jair-bolsonaro-por-declaracoes-em-programa-de-tv-2803805#ixzz2tU4qowTO>.

Observa-se, portanto, um contexto em que tem se fortalecido a articulação entre políticos não vinculados às igrejas evangélicas, lideranças políticas evangélicas e lideranças evangélicas midiáticas, compondo um quadro de reverberação de pautas ultraconservadoras, com amplo apoio do eleitorado nacional, como se verificou nas eleições de 2018. O fundamentalismo político-religioso evangélico que havia adquirido, nos anos 1980, contornos de uma religiosidade partidária, com a Maioria Moral nos EUA, ganhou versão brasileira, 40 anos depois, com o Bolsonarismo (ROCHA, 2019).

3. Bolsonarismo e religiosidade partidária evangélica

No primeiro pronunciamento após os resultados eleitorais, em 28 de outubro de 2018, o presidente eleito do Brasil Jair Bolsonaro citou o nome de Deus várias vezes e disse: “O nosso slogan eu fui buscar naquilo que muitos chamam de caixa de ferramenta para consertar o homem e a mulher, que é a Bíblia Sagrada. Fomos em João 8:32: ‘E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará’”¹⁴⁷. A partir daí, cada mês do primeiro ano de governo de Bolsonaro foi marcado por novas sinalizações da inédita aliança com uma parcela significativa dos evangélicos brasileiros.

Entre os muitos exemplos, entre participações em cultos e reuniões com líderes evangélicos, é possível destacar dois. Em outubro de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro declarou, por meio de videoconferência no 3º Simpósio Nacional Conservador, realizado no interior do Estado de São Paulo, que estaria preparando mudanças nas agências nacionais de cultura. “A gente não vai perseguir ninguém, mas o Brasil mudou. Com o dinheiro público não veremos mais certo tipo de obra por aí. Isso não é censura. Isso é preservar os valores cristãos...”, declarou¹⁴⁸.

Dois meses antes, em agosto, o Jair Bolsonaro já havia buscado agradar o segmento conservador evangélico quando defendeu que o presidente da Ancine (Agência Nacional de Cinema) deveria ser um evangélico que conseguisse “recitar de cor 200 versículos bíblicos, que tivesse os joelhos machucados de tanto ajoelhar e que andasse com a Bíblia debaixo do braço”¹⁴⁹.

De fato, o voto de evangélicos representou um peso significativo nas eleições 2018 e continua sendo uma importante base de apoio para o governo federal que se mostrou ao longo do primeiro ano de mandato desarticulado e sem projetos de apelo popular.

Segundo pesquisas eleitorais no Brasil, 69% de evangélicos e 51% de católicos depositaram votos em Jair Bolsonaro nas eleições 2018 (ALVES, 2018). Fonseca (2018) reconhece que os números das pesquisas que relacionam evangélicos à votação

¹⁴⁷ BOLSONARO afirma em seu primeiro discurso que terá governabilidade; leia íntegra. *Folha de S. Paulo*, 28 out 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-afirma-em-seu-primeiro-discurso-que-tera-governabilidade-leia-integra.shtml>. Acesso em 1 out 2019.

¹⁴⁸ Bolsonaro diz que veto a obras culturais não é 'censura', mas sim 'preservar valores cristãos'. *O Globo*, 5 outubro 2019, disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-diz-que-veto-obras-culturais-nao-censura-mas-sim-preservar-valores-cristaos-23998872> Acesso em: 20 nov 2019

¹⁴⁹ BRANT, Danielle. Bolsonaro quer evangélico que 'recite versículos bíblicos' na Ancine. *Folha de S. Paulo*, 31 ago 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/bolsonaro-quer-evangelico-que-recite-versiculos-biblicos-na-ancine.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha.

de Bolsonaro impressionam. Em números absolutos, entre os 42 milhões de eleitores evangélicos, Bolsonaro obteve cerca de 20 milhões de votos e Haddad 10 milhões. Brancos, nulos e abstenções teriam ficado em torno de 12 milhões, o que representaria cerca de 67% dos votos válidos de evangélicos para Bolsonaro, enquanto Haddad teria recebido 33%.

No entanto, Fonseca chama a atenção para o fato de que a diferença de votos entre os evangélicos foi praticamente a mesma diferença final geral obtida entre os candidatos. Por isso, o pesquisador alerta que é preciso olhar o peso do voto dos evangélicos a Jair Bolsonaro mais pelo viés qualitativo do que pelos números.

A aliança de Jair Bolsonaro com evangélicos teve início em 2013 no apoio do ex-capitão ao pastor Marco Feliciano (à época PSC/SP) na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, e se consolidou, depois, em 2016, na filiação de Bolsonaro ao PSC (ocupado pela Assembleia de Deus). O consórcio foi simbolizado em batismo no Rio Jordão, apesar dele formalmente continuar católico, como já referido neste estudo.

Como candidato, Bolsonaro desenvolveu boa estratégia de comunicação com discurso que alimentou a pauta de costumes de sua campanha, afetando fortemente o imaginário evangélico conservador calcado na proteção da família tradicional, na heteronormatividade e no controle dos corpos das mulheres. Tornou-se caro a muitos evangélicos imaginar ter no poder maior do país alguém defensor de suas pautas, como “homem simples, do povo, que fala o que pensa” e isto parece ter sido um propulsor do voto que descarregaram em Jair Bolsonaro, ainda que ele tenha mais de um casamento, seja violento e faça uso de linguajar de baixo calão (BRUM, 2019).

Levar em conta estes aspectos supera a noção simplificada de que lideranças religiosas comandaram o voto. É preciso, no caso das eleições de 2018, pensar no alcance do imaginário como um elemento determinante ao apoio evangélico conservador.

É preciso considerar os elementos do mundo e da cultura evangélica que parecem determinantes para a adesão ao bolsonarismo. Um deles é a moralidade sexual alimentada pela teologia protestante puritana, que descarta a dimensão da corporeidade e da sexualidade relacionada à realização plena da pessoa e ao prazer, e a classifica como pecado e desvio do objetivo maior, a formação das famílias para procriação. Resultado disso é a submissão da mulher ao poder do homem/patriarca (pai, marido, irmãos, tios, filhos, pastor), a repressão do corpo e a condenação da homoafetividade.

Este aspecto está relacionado a outro muito fortemente presente no imaginário evangélico: o combate a inimigos (CUNHA, 2013). A teologia de um Deus guerreiro e belicoso, o Senhor dos Exércitos, sempre esteve presente na formação fundamentalista dos evangélicos brasileiros, compondo o seu imaginário e criando a necessidade da identificação de inimigos a serem combatidos. Exércitos precisam de inimigos. Historicamente a Igreja Católica Romana sempre foi identificada como tal e combatida no campo simbólico e também no físico-geográfico. Da mesma forma as religiões afro-brasileiras também ocupam este lugar, especialmente, no imaginário dos grupos pentecostais. O comunismo e seus derivativos são outra forte expressão inimiga desde os anos 1940, com altos e baixos na escala imaginária.

Desde 2010, quando emergiu intensa oposição de líderes evangélicos à candidatura de Dilma Rousseff, mencionada acima, estava atualizado o grande inimigo a ser combatido: pessoas, grupos e partidos defensores da justiça de gênero, considerados ameaças à família e à moralidade sexual evangélica.

Somam-se a este elemento os quase 30 anos de cultura gospel (CUNHA, 2007) construída via tríade música, mercado e entretenimento, disseminada pelas mídias religiosas e seculares, que tem como uma de suas âncoras teológicas e doutrinárias a “guerra espiritual”. O gospel tem comunicado e ensinado que inimigos da fé, encarnações das potestades do mal, devem ser constantemente combatidos, e eles assumem as identidades bem concretas aqui listadas.

Canções como “O nosso general é Cristo... nenhum inimigo nos resistirá...” foram e ainda são frequente e repetidamente cantadas em boa parte das igrejas, por meio de um processo de educação para a eliminação dos diferentes e dos discordantes. Este discurso se alinha diretamente àquele pregado por Jair Bolsonaro, em sua cruzada moral e bélica.

Esta aliança também representa muito para grupos religiosos que vinham atuando pela ampliação dos espaços de maior poder político. O poder executivo vinha sendo ocupado por evangélicos desde o governo Dilma (senador Marcelo Crivella, da Igreja Universal do Reino de Deus/IURD e o deputado George Hilton, também da IURD nos Ministérios da Pesca e do Esporte). Era uma ocupação significativa, mas não muito expressiva numericamente. No governo Temer o mesmo ritmo de ocupação foi mantido. Já com Bolsonaro, os militares ocupam de forma expressiva e hegemônica o governo em vários cargos do primeiro escalão, mas dividem este poderio com evangélicos.

Foram sete ministros de identidade evangélica que ocupam e ocuparam pastas do governo Bolsonaro nos três primeiros anos de seu mandato. A pastora pentecostal Damares Alves ganhou a direção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O luterano eleito deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM/RS) foi ministro da Casa Civil, da Cidadania e de pasta recriada para ele em 2021, Trabalho e Previdência. O general Luiz Eduardo Ramos é um batista que ocupou a Secretaria de Governo e a Casa Civil. O deputado federal Fabio Faria (DEM/RN) ganhou o Ministério das Comunicações, criado para a sua nomeação. O pastor presbiteriano ex-reitor da Universidade Mackenzie Milton Ribeiro foi nomeado para o Ministério da Educação. Outro pastor presbiteriano, André Mendonça ocupou duas vezes a Advocacia Geral da União, tendo sido ministro da Justiça entre aquelas duas nomeações. O Ministério do Turismo foi conduzido pelo membro da Igreja Pentecostal Maranata Marcelo Álvaro Antônio, deputado federal (PSL/MG). Além destes evangélicos no primeiro escalão do governo federal, houve um número significativo de alocados no segundo, sendo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos o mais ocupado por evangélicos (CUNHA, 2021).

A estratégia de dar conta de boa parte da diversidade evangélica nestes cargos (note-se que não há predominância pentecostal, como o noticiário político faz crer) foi bem traçada, revelando habilidade no trato com este grupo religioso. Soma-se a isto o fato do ex-capitão ter construído uma imagem religiosa de tal forma que muitas pessoas acreditam que ele é evangélico.

Importa ainda destacar o papel do deputado federal assembleiano Marco Feliciano (Podemos/SP) no governo Bolsonaro. Quando, já no início de 2019, o governo federal já vivia crise de projetos e de diplomacia, Feliciano criticou publicamente a comunicação do governo, classificando-a como péssima, acrescentando que o presidente que governa sozinho se torna um “gigante com pés de barro” (FRAZÃO, MOURA, FORMENTIL, 2019). Dali, Feliciano se converteu em vice-líder do governo no Congresso e um dos principais interlocutores do presidente. Com a assessoria do deputado, Bolsonaro passou a frequentar mais intensamente cultos e eventos religiosos.

Portanto, no governo federal há representatividade e protagonismo da significativa parcela conservadora dos evangélicos, especialmente por conta do alcance de apoio que o governo não encontra com outros segmentos. Evangélicos conservadores são, hoje, portanto, prioridade no governo federal e dão forma a uma religiosidade partidária, bolsonarista, no Brasil.

Notas conclusivas

A ascensão da extrema direita no Brasil potencializada com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República se dá em um contexto de uma expansão dos fundamentalismos político-religiosos em diversas partes do mundo. É uma reação aos avanços sociais alcançados especialmente no campo das políticas públicas de inclusão social dos mais pobres e de justiça de gênero.

O ultraconservadorismo destes grupos religiosos encontra guarida na onda extremista e torna possível a ascensão de uma direita religiosa com atuação política sem precedentes no contexto brasileiro. São movimentos da dinâmica sociopolítica e religiosa midiaticizada que marcam novas tendências no quadro sociopolítico e carecem de reflexões que levem a ações religiosas, políticas e culturais. O fato é que não se pode mais ignorar ou negar a visibilidade que as religiões alcançaram no espaço público no tempo presente em diversas dimensões. Este é um fenômeno que marca a dinâmica sociopolítica, cultural e religiosa brasileira, em que os evangélicos se colocam na arena como um bloco visível, organicamente articulado.

Por mais que este quadro promova a intensa disseminação de novas expressões fundamentalistas evangélicas, reacionárias diante dos avanços conquistados em políticas públicas de direitos humanos e sexuais, a presença da vertente cristã evangélica nas mídias e na política não pode ser interpretada como ameaça: é fator revelador do processo democrático em construção desde o final da ditadura militar nos anos 80. O pluralismo no Estado laico e democrático representa espaço para posições políticas e ideológicas diferentes. É no confronto e no debate respeitoso entre as diferenças que se abre espaço a mudanças.

Estas posições divergentes estão presentes dentro das próprias religiões, e esta dinâmica deve ser levada em conta na esfera pública. É por isso que a presença de grupos religiosos abertos aos avanços na afirmação de minorias, em interação com as mais diversas frentes sociais, deve ser valorizada e visibilizada, em especial pelas mídias, com a mesma seriedade que é debitada aos grupos religiosos conservadores.

Essa posição educa para ações de cobrança sobre governos para impedir o uso do Estado para impor a todos os cidadãos o que os grupos religiosos consideram apropriados para seus adeptos e com base nos textos e preceitos sagrados.

O que ameaça a democracia é a ausência de debate e de expressão das diferentes vozes. Isto é o que precisa ser garantido neste contexto democrático, e é aqui que o lugar da democratização das mídias se reveste de importância. Nesse sentido, todo e qualquer discurso doutrinário ou noticioso que apresente os evangélicos como um grupo homogêneo (a própria cobertura sobre a “Bancada Evangélica” no Congresso Nacional representa uma homogeneidade falsa, que esconde as diferenças), deve ser questionado, rechaçando-se tendências unificantes deste segmento. Afinal ele é formado por uma expressiva variedade de grupos, de distintas origens, práticas e doutrinas.

As vozes dos grupos evangélicos progressistas que se tornam mais ouvidas, por meio da ocupação mais intensa das mídias digitais é, por exemplo, elemento a ser considerado.

Portanto, o cenário brasileiro contemporâneo indica: os evangélicos deixam de ser minoria invisível no Brasil, alcançam uma visibilidade midiática e politizada, predominantemente, mas não exclusivamente conservadora. Isto chama a um amplo debate público, não restrito aos espaços religiosos.

Referências

AINZ, Alexandra. Acotando el Concepto de Fundamentalismo: una definición. *Anales de Teología*, n. 13.1, pp. 143-171, 2011. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/323629643_Acotando_el_concepto_de_fundamentalismo_una_definicion

ALVES, José Eustáquio Diniz. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. *Ecodebate*, 31 out. 2019. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>.

ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, vol. 1. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRUM, Eliane. O homem mediano assume o poder. *El País*, 4 Jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html

BURITY, Joanildo. Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura? In: Mezzomo, F. A., Pátaro, C. S. O, and Hahn F. A. (Eds.) *Religião, Cultura e Espaço Público*. São Paulo/Campo Mourão: Olho D'Água/Fecilcam, 2016. p. 13-50.

CARRANZA, Brenda. O Brasil, fundamentalista? *Encontros Teológicos*, 52(1), pp. 147-166, 2009. <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/download/327/314>

CNV - Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.bov.br>. Acesso em 20 fev 2020.

COSTA, Fabiano, PASSARINHO, Nathalia. 'Sou um soldado do Feliciano', afirma deputado Jair Bolsonaro. *G1*, 27 mar 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/sou-um-soldado-do-feliciano-afirma-deputado-jair-bolsonaro.html>.

CUNHA, Magali N. O protagonismo evangélico no Poder Executivo- Parte 2: O segundo escalão de ministérios-chave. *Plataforma Religião e Poder*, ISER, 24 ago 2021. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo/>

CUNHA, Magali N. O protagonismo evangélico no Poder Executivo – Parte 1: A ocupação de ministérios. *Plataforma Religião e Poder*, ISER, 24 ago 2021. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo-parte-2/>

CUNHA, Magali N. *Fundamentalismos, crise na democracia e ameaça aos direitos humanos: tendências e desafios para ação*. Salvador: Koinonia, 2020.

CUNHA, Magali N. *Do Púlpito às mídias sociais*. Evangélicos na política e ativismo digital. Curitiba: Appris, 2019.

CUNHA, Magali N. Gênero, religião e cultura: um olhar sobre a investida neoconservadora dos evangélicos nas mídias no Brasil. In: SOUZA, Sandra D., SANTOS, Naira P. (Eds.) *Estudos feministas e religião: tendências e debates*. Curitiba: Prismas/Methodista, 2014. p. 101-126.

CUNHA, Magali N. O lugar das mídias no processo de construção imaginária do "inimigo" no Caso Marco Feliciano. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 10(29), p. 51-74, 2013. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/607>. Acesso em 20 fev 2020.

CUNHA, Magali N. *A Explosão Gospel*. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

DREHER, Martin N. *Para entender o fundamentalismo*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

FONSECA, Alexandre Brasil. Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro? *IHU On Line*, 7 nov. 2018. Disponível: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro>

FRAZÃO Felipe, MOURA, Rafael Moraes, FORMENTI, Ligia. Evangélicos influenciam atos da gestão Bolsonaro. *O Estado de São Paulo*, 15 set 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,evangelicos-influenciam-atos-da-gestao-bolsonaro,70003011076>

FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.

GOMES, Ingrid. A cobertura jornalística do Islamismo – narrativas marginalizadas e moralizantes. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 37(1), pp. 71-89,

jan./jun. 2014 https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442014000100004

IBOPE INTELIGÊNCIA. Cresce o grau de conservadorismo do brasileiro em alguns temas. *Ibope Inteligência*, 15 abr. 2018. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/cresce-o-grau-de-conservadorismo-do-brasileiro-em-alguns-temas/>

MARSDEN, George. *Understanding Fundamentalism and Evangelicalism*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1991.

MENDONÇA, Antonio G., Velasques Filho, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2002.

ROCHA, Daniel. Da “minoria silenciosa” à Maioria Moral: transformações nas relações entre religião e política no fundamentalismo norte-americano na década de 1970. *Religião e Sociedade*, 1(40), pp. 91-113, 2002

ROCHA, Igor Tadeu Camilo. Fake news e fundamentalismo como formas de ver o mundo. *Justificando*, 12 Mar. 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/03/12/fake-news-e-fundamentalismo-como-formas-de-ver-o-mundo/>

SANTOS, Boaventura Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, Andrea Silveira de. *O legado fundamentalista do Seminário Teológico de Westminster: reformistas x reconstrucionistas no espaço público americano*. Tese de Doutorado (Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/4483/1/andreasilveiradesouza.pdf>.

TRABUCO, Zozimo. *À direita de Deus, à esquerda do povo: Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia (1974-1994)*. Rio de Janeiro: Sagga, 2017.

VITAL DA CUNHA, Christina, LOPES, Paulo Victor L., LUI, Janayna. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: ISER, 2017.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.